

BANCÁRIOS NA LUTA

Ano 1 | 22 de Agosto de 2017 | Nº 3

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE BAURU E REGIÃO

UMA ENTIDADE FILIADA À 

Produtividade: desculpa do Bradesco para mais uma demissão imotivada

Banco ignorou 16 anos de trabalho e demitiu bancário com dificuldade para bater metas absurdas

Hoje em dia, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos bancários é o cumprimento de metas. Os bancos exigem que os funcionários vendam uma quantidade absurda de produtos, e esses funcionários têm de se desdobrar para atingir sua meta.

A consequência mais imediata da imposição de metas é o assédio moral, uma vez que os gestores não param de cobrar resultados – quase sempre sugerindo que os bancários que não as cumprirem serão demitidos. Foi o que aconteceu na agência Altos da Cidade. Um empregado com 16 anos de banco foi demitido sem justa causa, e a “desculpa” informal foi a “baixa produtividade”.

Para protestar contra a

demissão, o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** promoveu no dia 21 uma pafletagem para os clientes e usuários da agência, denunciando o lucro bilionário do Bradesco e seus planos para uma futura terceirização.

Infelizmente, a legislação brasileira permite a demissão imotivada, o que deixa os trabalhadores sempre no fio da navalha. Agora, a desculpa da produtividade deve render muitas demissões no Bradesco, já que, com a reforma trabalhista e a permissão da terceirização nas agências bancárias, o banco pretende economizar demitindo bancários com mais tempo de casa e maiores salários para contratar os terceirizados pagando pouco mais de um salário mínimo. Por isso, também lan-

çou recentemente um Plano de Desligamento Voluntário (PDV).

O Bradesco é o segundo maior banco privado do país e tem lucros bilionários todos os anos (em 2016, teve lucro líquido de R\$ 15 bilhões, além de ter lucrado mais R\$ 9,3 bilhões entre janeiro e junho deste ano). Não há necessidade nenhuma de mandar trabalhadores para o olho da rua!

Em 2016, o Bradesco fechou 5.084 postos de trabalho, e somente no primeiro semestre deste ano eliminou outros 3.650 empregos! É um escândalo!

Condições de trabalho pioram ano após ano

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** não acei-



ta demissões injustificadas, muito menos quando elas são promovidas por bancos bilionários. Além de punir os funcionários, o Bradesco pune também os clientes, que pagam tarifas e juros altíssimos e ainda têm de enfrentar filas enormes para ser atendidos.



Plenária esclarece pontos do PDV do Bradesco

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** realizou uma plenária no último dia 16 para esclarecer dúvidas dos acerca do Plano de Desligamento Voluntário (PDV) do Bradesco, anunciado em 13 de julho e com prazo de adesão que expira no dia 31 deste mês. A plenária foi conduzida por Sergio Ribeiro, advogado do **Sindicato**.

O PDV do Bradesco foi oferecido para os funcionários aposentados ou em condição de se aposentar até 31

de agosto. Já para o pessoal das áreas-meio, a única exigência é o tempo mínimo de 10 anos de trabalho na Organização Bradesco.

As principais dúvidas dos bancários giraram em torno das vantagens e desvantagens da adesão, com questionamentos específicos sobre plano de saúde e reforma da Previdência.

Ficou claro também que os bancários temem não aderir ao PDV e depois serem varridos por uma provável

nova onda de demissões. Não custa lembrar que o Bradesco fechou 5.084 postos de trabalho em 2016 e mais 3.650 postos só no primeiro semestre deste ano.

Além do pagamento de todas as verbas rescisórias, inclusive a multa de 40% do FGTS e o aviso prévio, o Bradesco oferece como incentivo: 1) o pagamento equivalente a seis meses de vale alimentação, no cartão alimentação; e 3) a manutenção do plano de saúde e odontológico por dezoito meses, a partir da data do



equivalente a seis meses de vale alimentação; e 3) a manutenção do plano de saúde e odontológico por dezoito meses, a partir da data do

desligamento.

O **Sindicato** reafirma que aderir ou não ao PDV é uma decisão individual, e que está à disposição para quaisquer eventuais dúvidas.

Analista Jr. da CEF ganha R\$ 103 mil por 7ª e 8ª horas

A Caixa Econômica Federal teve de pagar pouco mais de R\$ 103 mil a um bancário da Gifug Bauru que tinha jornada de oito horas quando, na verdade, deveria ter jornada de seis horas. O valor corresponde ao pagamento das horas extras além da 6ª hora que o empregado trabalhou ao longo dos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação pelo **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**.

A entidade mostrou à Justiça que a função de analista júnior exercida pelo bancário não poderia ser considerada função “de direção, gerência, fiscalização, chefia e equiva-



lentes”, conforme estabelece o artigo 224, §2º da CLT para que o bancário possa ter jornada maior que a normal – que é de seis horas.

Isso porque o analista júnior em questão desempenhava tarefas meramente técnicas, sem nenhuma fidú-

cia especial – bastava ele seguir à risca os manuais operativos do banco. Além disso, o bancário nunca teve subordinados.

O juiz André Luiz Alves, da 3ª Vara do Trabalho de Bauru, reconheceu a irregularidade das 7ª e 8ª horas e condenou o banco a pagá-las como horas extras (com adicional de 50%), mais os reflexos das horas nos descansos semanais remunerados, férias acrescidas de 1/3, 13º salários e depósitos do FGTS.

A Caixa ainda recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT-15), mas não obteve êxito.

SindBar volta dia 25 com o rock da banda Over Ride

Dia 28 de agosto é o Dia do Bancário. Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, é inapropriado falar em comemoração, principalmente diante da atual situação da categoria. Ainda assim, a entidade realiza nesta sexta, 25, a partir das 19 horas, um SindBar especial, que pode servir para muitos bancários como uma válvula de escape contra a rotina opressora dos bancos.

O palco será da banda de rock clássico Over Ride, que tem um bancário da CEF como integrante: Daniel Manso, guitarrista. Os outros são Célio Castelano (baixo), Jonas Previero (bateria), Marco Gasparelo (guitarra) e Renan Pacheco (vocal).

O SindBar acontece na sede do **Sindicato**, em Bauru. Teremos cerveja, refrigerantes e espetinhos, além de recreação infantil. Traga sua família, seus amigos. A entrada é gratuita.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BAURU E REGIÃO APRESENTA:

BANDA OVER RIDE

DIA 25/08 ÀS 19H

SINDBAR ESPECIAL DIA DO BANCÁRIO!

ENTRADA GRATUITA!

Rua Marcondes Salgado, 4-44, Centro - Bauru

BB lucrou R\$ 5 bilhões no 1º semestre; Santander lucrou R\$ 3,7 bilhões

O Banco do Brasil teve lucro líquido de R\$ 5,062 bilhões no primeiro semestre, 4,9% maior que o lucro do mesmo período de 2016. O chamado lucro líquido “ajustado”, que não leva em conta as receitas e despesas extraordinárias, foi de R\$ 5,2 bilhões, 67,3% maior que o do primeiro semestre do ano passado.

Ao mesmo tempo, o BB separou R\$ 13,371 bilhões em provisões para devedores duvidosos (PDD), 23,2% a menos que no mesmo período de 2016.

Ao final de junho, o BB tinha 99.603 funcionários, o que indica o fechamento de 10.012 postos de trabalho em 12 meses!

Essa brutal redução do quadro de pessoal se deve ao Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI), lançado no último mês de novembro, ao qual aderiram aproximadamente 9,4 mil trabalhadores. Com isso, a média de “contas correntes por funcionário em

agência” aumentou de 439,6 para 563,5 em 12 meses.

O BB ainda fechou 543 agências, como parte do plano de reorganização institucional que previa o fechamento de 402 agências no decorrer de 2017, com outras 379 passando a ser postos de atendimento (PABs).

No relatório do segundo trimestre, o BB não menciona especificamente o número de PABs, mas informa que sua rede própria foi reduzida em 1.083 unidades.

Santander

Já o Santander teve lucro líquido de R\$ 3,704 bilhões nos primeiros seis meses do ano, 44,7% maior que o do mesmo período de 2016.

As despesas de PDD somaram R\$ 4,624 bilhões, 6,4% a menos nos seis primeiros meses do ano passado.

O banco encerrou junho com 46.596 funcionários, o que significa que fechou 2.281 postos de trabalho em 12 meses, tendo fechado também 11 agências e três PABs.

Empregados de cooperativas aprovam reajuste de 5,99%

Em assembleia realizada em São Paulo, trabalhadores das cooperativas de crédito aceitaram a proposta de reajuste salarial de 5,99% apresentada pelo sindicato patronal. As demais verbas também serão reajustadas pelo mesmo percentual.

Assim como os bancários, em 2016 os empregados de cooperativas assinaram uma convenção coletiva com vi-

gência de dois anos, estabelecendo que as cláusulas econômicas seriam renovadas em 2017. É o que se fez.

Como a data-base do pessoal das cooperativas é 1º de junho, a CCT agora atualizada vale até 31 de maio de 2018.

O índice de 5,99% representa a inflação (INPC) acumulada entre junho de 2016 e maio de 2017 (3,35%) e um aumento de 2,55%.

No dia 24, a Priscila precisa de vocês!

Um ano e quatro meses. Esse é o tempo passado desde que Priscila Rodrigues, diretora do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região/CSP-Conlutas**, foi demitida.

Três meses depois de se reeleger diretora do **Sindicato** pela chapa vencedora da FNOB, o Banco Votorantim a demitiu, ignorando o fato de que seu contrato de trabalho estava suspenso (devido à liberação do ponto) e, também, o fato de que o próprio banco já havia autorizado sua candidatura e sua posse na nova Diretoria.

O BV foi oportunista, pois a demitiu com base em uma ação judicial movida pela chapa perdedora na última eleição (MNOB/PSTU), que questionava a lotação da diretora em Bauru – o que o banco nunca havia questionado até então.

O **Sindicato** considera a demissão de Priscila ilegal e luta por sua reintegração na

Justiça. No entanto, a diretora Priscila se encontra sem salário desde a sua demissão, ocasião em que recebeu apenas as verbas rescisórias que são de direito de um dirigente sindical.

Em maio de 2016 uma assembleia aprovou que a diretora continuaria falando em nome da entidade até o final do mandato. Aprovou também um “apoio financeiro”, que seria debatido em uma nova assembleia, caso a reintegração não acontecesse.

Dias atrás, a primeira instância deu sentença contrária à reintegração de Priscila, ignorando outra decisão judicial de primeira instância que considerou que a lotação de Priscila é Bauru e a autorizou a disputar quantas eleições desejar. O **Sindicato** interpôs recurso.

Priscila é uma demitida política! Guerreira, mãe de três filhos, trabalha há 15 anos no setor bancário, ten-



do passado pelo Santander e Itaú antes de ir para o Banco Votorantim. Com toda a perseguição que vem sofrendo, poderia ter desistido de lutar. Mas não o fez, nem sequer por um dia.

Com determinação e com muita coragem, Priscila Rodrigues segue atuando fortemente em favor dos direitos da categoria e apoiando cada trabalhador que busca sua ajuda.

Agora chegou a hora de os bancários de Bauru e Região também a apoiarem. No dia 24, às 18 horas, participem da assembleia para ajudá-la a se manter enquanto aguarda a decisão da Justiça.

CEF amplia o GDP

Programa gera aumento da pressão, do assédio moral e do adoecimento

A Caixa Econômica Federal iniciou em agosto a ampliação do programa Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) para todos os empregados. A medida, que está prevista na mais recente versão do normativo RH 205, publicada em julho, atinge a totalidade dos trabalhadores que tenham concluído o período de contrato de experiência e que não estejam cedidos, requisitados ou liberados.

O GDP utiliza critérios subjetivos para avaliar o desempenho dos empregados, muitas vezes com base em metas inatingíveis. Assim, os bancários são classificados como “incipientes, emergentes (quatro níveis), eficazes,

superiores em estilo, superiores em resultado ou excepcionais”. Absurdo!

A implantação do GDP começou em 2015, sem qualquer discussão com os representantes dos empregados. Foi suspenso por um ano (na vigência do ACT 2015-2016), mas agora o governo Temer o retoma, para ser mais um instrumento de pressão nesse momento de reestruturação da Caixa.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** já prepara medidas jurídicas para impedir a volta do GDP. “Ele é só um instrumento para legitimar e facilitar o descomissionamento”, avalia Alexandre Morales, diretor do **Sindicato** e bancário da CEF.

A vibrant poster with a red and orange background. At the top right, it says "2 E 3 DE SETEMBRO NA SEDE DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BAURU E REGIÃO/ CSP-CONLUTAS". In the center, a raised fist holds a banner that reads "XV ENCONTRO DA FRENTE NACIONAL DE OPOSIÇÃO BANCÁRIA". Below the banner, it says "NA LUTA PELOS DIREITOS DOS BANCÁRIOS!". At the bottom, there are logos for "BANCÁRIOS BASE", "União respeito", "80 anos SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BOURGEOISIA", and "SINDICATO DOS BANCÁRIOS".

As discussões do Encontro começarão às 9 horas da manhã

Nos dia 2 e 3 de setembro ocorrerá, na sede do **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, o XV Encontro Nacional da Frente Nacional de Oposição Bancária (FNOB). Os encontros da FNOB são semestrais, e nesta edição vamos discutir: a reforma trabalhista (com a presença do desembargador Luís Henrique Rafael e do advogado Sergio Ribeiro), como será a campanha salarial deste ano (já que a CCT bianual assinada no ano passado tirou da pauta as cláusulas econômicas), próximas eleições sindicais onde a FNOB montará chapa de oposição, reestruturações dos bancos públicos e a luta pelo fim das demissões imotivadas nos bancos privados. Participe! Ajude a construir um movimento sindical diferente!

Centrais querem contribuição sindical maior que a atual



Um dos motivos pelo qual diversas pessoas defenderam a reforma trabalhista foi o fim da contribuição sindical obrigatória, mais conhecida como imposto sindical.

Ela, de fato, vai deixar de existir em novembro, com a entrada em vigor da reforma trabalhista. No entanto, existe a possibilidade de o governo criar uma nova modalidade de contribuição, o que resultará em mais dinheiro tirado do trabalhador.

Em vez de ter um dia de trabalho descontado todo ano (o que corresponde a 3,33% de um salário), a contribuição será decidida em assembleia, sem um teto estabelecido.

As três maiores centrais do Brasil (CUT, Força Sindical e UGT) defendem a criação da “contribuição por negociação coletiva”. A CUT não mencionou nenhum valor, mas a Força e a UGT defendem que entre 6% e 13% de um salário

mensal sejam destinados anualmente para financiar a estrutura sindical.

O presidente Michel Temer informou às centrais que o substituto do imposto sindical será regulamentado por Medida Provisória. O modelo em debate prevê aprovação anual, pelos trabalhadores, do valor a ser pago na mesma ocasião em que empregados e patrões negociam reajuste anual de salário. A contribuição será paga por todos os empregados beneficiados pela negociação coletiva – inclusive os não sindicalizados. Isso, na prática, torna a contribuição negocial obrigatória aos que tiverem reajuste anual de salário.

O **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região** reprova essa manobra conjunta dos pelegos com o governo e defende que os sindicatos sejam mantidos apenas com a contribuição espontânea do trabalhador.

Em 2015, mais de 1/3 do déficit da Previdência foi causado por sonegação e inadimplência

Foi divulgado no mês de julho um estudo do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) apontando que, em 2015, o INSS deixou de arrecadar pelo menos R\$ 30,4 bilhões devido a sonegação ou inadimplência. Naquele ano, a Previdência registrou déficit de R\$ 85 bilhões. Isso significa que sonegação e inadimplência representaram 35,7% do déficit.

Os valores referem-se às contribuições previdenciárias dos trabalhadores, que são retidas no pagamento do salário e que variam de 8% a 11%. A arrecadação desse tipo foi de R\$ 60,2 bilhões em 2015, mas deveria ter sido de R\$ 90,6 bilhões, segundo o cálculo dos auditores, com base

nos dados de empregos formais do Ministério do Trabalho e Emprego.

A sonegação acontece de várias maneiras. Uma delas, quando empresários pagam contribuições menores do que as realmente devidas. Isso é feito, por exemplo, excluindo bonificações e outros auxílios do cálculo da remuneração mensal. Também há empresas que descontam a contribuição previdenciária do salário do trabalhador e não a repassam ao INSS, o que é crime de apropriação indébita.

Normalmente, a Receita Federal fiscaliza grandes empresas, mas muitos sonegadores são pequenos e médios empresários. Infelizmente, a Receita Federal não con-

segue ser mais eficiente na fiscalização devido aos constantes cortes orçamentários promovidos por sucessivos governos (só em 2016 o orçamento da Receita sofreu um corte de R\$ 433 milhões).

Hoje, há 9,7 mil auditores fiscais para fiscalizar tudo, não apenas a Previdência, enquanto o Ministério do Planejamento recomenda 20 mil auditores.

Para o **Sindicato dos Bancários de Bauru e Região**, antes de o governo propor uma dura reforma da Previdência, deveria, isto sim, endurecer a fiscalização. É preciso fortalecer a estrutura da Receita e promover junto à sociedade um amplo debate sobre os recursos do INSS, que bancam com folga a Previdência.

Futsal: dia 26 é a final do campeonato. Prestígie!

Pontuação final da fase classificatória

- 1° Galácticos
10 pontos
- 2° SeleCEF
9 pontos
- 3° Tá Na Rede F.C.
9 pontos
- 4° Presença F.C.
7 pontos
- 5° MB Brasil
4 pontos
- 6° Monster F.C.
4 pontos

Semifinais

19/08

Galácticos 2 x 5 Presença F.C.
SeleCEF 8 x 11 Tá Na Rede F.C.

Finais

26/08

10:00 Galácticos x SeleCEF
11:00 Presença F.C. x Tá Na Rede F.C.

Artilharia

- 1° Helbert (SeleCEF) 14 gols
- 2° Diego (Galácticos) 12 gols
- 3° Wanderson (Tá Na Rede F.C.) 11 gols